

## Criado o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas

*Abraji e outras 17 entidades vão encaminhar pedido de inconstitucionalidade do decreto de sigilo eterno*

Foi oficialmente lançado no dia 25 de novembro, no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, que reúne a Abraji e outras 17 entidades da sociedade civil. No lançamento, o representante da OAB propôs que as entidades entrassem com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o decreto 4.553/2002 (que instituiu o virtual sigilo eterno de informações). Estavam representadas entidades que reúnem jornalistas, jornais, advogados, magistrados, parentes de vítimas da ditadura e outras.

**PÁGINA 2**



### Wallraff, o repórter que virou verbo, visita a Abraji



O jornalista alemão Günter Wallraff, autor dos livros "Cabeça de Turco" e "Fábrica de Mentiras" participou de uma entrevista coletiva e um seminário com a Abraji, nos dias 22 e 23 de novembro. Durante a entrevista na sede da Abraji, Wallraff aplaudiu a idéia de uma associação de jornalistas interessados em investigação. Segundo ele, o modelo alemão de imprensa marginaliza o jornalismo investigativo. Nos países escandinavos, contou, enciclopédias registraram o verbo "wallraffen" como sinônimo de se disfarçar para expor más práticas.

**PÁGINA 3**

### "Puxando os rabinhos" na reportagem ambiental

No seminário de Jornalismo Investigativo e Meio Ambiente, em Porto Alegre, o jornalista e pesquisador do Ibase Carlos Tautz fez uma exposição sobre a questão dos alimentos transgênicos e apontou algumas mudanças curiosas e apressadas na legislação a respeito. "Os rabinhos da questão estão todos soltos, resta puxá-los", provocou.

Na abertura do seminário, a jornalista norte-americana Barbara Crossette alertou para a complexidade dos temas ambientais. "Eles envolvem questões científicas, econômicas, políticas e sociais - quais áreas costumam receber lixões?", observou.

**PÁGINA 4**

**COLABORE COM A CAMPANHA POR NOVOS SÓCIOS**

mais informações na **PÁGINA 4**

# Em busca da transparência

*18 entidades civis assinam declaração e estudam entrar com Adin contra sigilo eterno*

Dezoito entidades de vários setores da sociedade civil – de jornalistas, magistrados, procuradores, parentes de vítimas da ditadura, arquivistas, entre outros – lançaram em 25 de novembro o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas. A solenidade ocorreu no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em Brasília.

Também compareceram os deputados federais Fernando Gabeira (Sem partido/RJ), João Hermann (PDT/SP), Reginaldo Lopes (PT/MG), Mendes Ribeiro Filho (PMDB/RS) e Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), e o diretor geral do Arquivo Nacional, Jaime Antunes da Silva.

O objetivo da criação do Fórum é unir esforços para que o debate se espalhe pela sociedade e no Congresso, onde vários projetos de lei tratam do assunto. Os representantes das 18 entidades constituintes do Fórum passam a se reunir em uma lista de discussão na internet para coordenar seus esforços. Para participar dos debates, envie e-mail para [abraji@abraji.org.br](mailto:abraji@abraji.org.br).

Reginaldo de Castro, ex-presidente da OAB e representando o presidente atual, Roberto Antonio Busato, abriu o encontro ressaltando a importância do tema na consolidação da



democracia no país e lembrando que, apesar de previsto pela Constituição de 1988, o direito de acesso nunca foi regulamentado.

Ao final do evento, sugeriu que as constituintes do Fórum analisem as leis existentes e entrem com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o decreto 4.553/2002 (que garante sigilo eterno para alguns documentos públicos) e outros trechos da legisla-

ção brasileira contrários ao livre acesso à informação. Com a inconstitucionalidade dos textos legais contestados, seria aberto espaço para iniciativas legais que criem mecanismos garantindo o acesso.

Segundo o deputado Reginaldo Lopes, autor de um projeto de lei de acesso, a lei vai radicalizar a busca pela transparência do Estado. Mendes Ribeiro Filho, relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, disse que casos de documentos ultra-secretos que presenciou como membro da Comissão de Assuntos Sigilosos eram incompreensíveis ou injustificáveis.

Daise Aparecida Oliveira, do Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos Muni-

pais, afirmou que qualquer lei deve ser complementada por medidas locais. "Não adianta uma lei garantir o direito de acesso se, na prefeitura, o cidadão não encontra o documento ou este está inacessível por falta de informação", disse.

Claudio Weber Abramo, secretário executivo da Transparência Brasil, propôs que o Fórum inste o governo a criar um mecanismo como o conselho instituído no México, que supervisiona as medidas de acesso em todos os órgãos estatais. Jaime Antunes, do Arquivo Nacional, sugeriu que o órgão seja a instância para implementar a política de abertura.

Para Fernando Rodrigues, o Fórum conjuga os esforços surgidos nos últimos anos por uma legislação que permita o acesso a informações públicas. Mais de 50 países do mundo já dispõem de leis que garantem o acesso a informações públicas.

Na semana que se seguiu ao lançamento do fórum, o governo avançou nas promessas de abrir documentos da ditadura. O gabinete de Segurança Institucional e a Abin, segundo o noticiário, estariam preparando documentos para entregar ao Arquivo Nacional. Um grupo de 15 ministros estaria sendo formado para estudar a abertura. Mas abrir só os documentos da ditadura é muito pouco. "A transparência é uma virtude que a democracia deve ter sempre", disse Rodrigues.

## Conheça a Declaração de Objetivos e Princípios

O Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas:

1) Promove e incentiva o debate sobre direito de acesso a informações públicas no Brasil – e sobre temas correlatos, como alterações na lei de arquivos públicos; 2) Atua sem conotação político-partidária nem fins lucrativos; 3) Defende uma lei que garanta e facilite o acesso do público no Brasil a documentos públicos produzidos pelos Três Poderes da República, bem como aos documentos de governos estaduais e municipais; 4) Desenvolve campanhas de divulgação a respeito da necessidade de uma lei de acesso a informações públicas no Brasil; 5) Defende que os governos, em todos os seus níveis, tenham a preocupação de corretamente arquivar qualquer documento público de forma a facilitar o seu acesso futuro, bem como de manter sistemas permanentes de gerenciamento e preservação desses documentos. Isso inclui também a unificação dos critérios de registros em cartórios e juntas comerciais de todo o país; 6) Desenvolve

iniciativas voltadas para o tratamento, agregação e disseminação de informações em poder do Estado e sobre o Estado.

A decisão de criar o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas foi tomada em 30 de setembro de 2003, em Brasília, ao final do Seminário Internacional sobre Direito de Acesso a Informações Públicas, promovido pela Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo). O lançamento oficial ocorreu em Brasília, no dia 25 de novembro de 2004, na sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, quando assinaram como membros constituintes esta Declaração de Objetivos e Princípios as seguintes entidades:

- Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo)
- Abrat (Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas)
- Abong (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais)
- Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil)

- Alal (Associação Latino-Americana de Advogados Trabalhistas)
- Amarribo (Amigos Associados de Ribeirão Bonito)
- Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho)
- ANJ (Associação Nacional dos Jornais)
- ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República)
- APJ (Associação Paulista de Jornais)
- Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas)
- Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos Municipais
- Grupo Tortura Nunca Mais – RJ
- Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas)
- Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos)
- OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)
- Projeto SOS Imprensa da Faculdade de Comunicação da UnB
- Transparência Brasil



# Günter Wallraff, sem máscara

*Em dois encontros com a Abraji, repórter alemão fala sobre seu método e planeja pautas no Brasil*

“Resolver os problemas depende primeiro de torná-los visíveis, mostrar o que é insustentável. É como na medicina: muitos fazem bons diagnósticos, mas não são necessariamente bons cirurgiões”, afirmou o jornalista alemão Günter Wallraff, um dos repórteres mais polêmicos e populares do mundo, em seminário promovido pela Abraji e pelo Instituto Martius-Staden em São Paulo, no dia 23 de novembro.

Wallraff tem quatro décadas de experiência em seus diagnósticos. O que o torna popular são seus livros contundentes sobre os intestinos da sociedade, da economia e da mídia alemãs. O que o torna polêmico é seu método: usa disfarces e pseudônimos para infiltrar-se em locais-chave, vive neles, sente na pele as situações que vai denunciar. Em países escandinavos, afirma, seu nome inspirou o verbo “wallraffen” – usar disfarces para desmascarar alguém. Ele se impõe apenas um limite: “a vida particular, íntima, das pessoas não faz parte da investigação”.

Seus livros são adotados no ensino alemão. O mais conhecido, “Cabeça de Turco”, já foi publicado em 33 países e foi republicado no Brasil neste ano. Não saiu, porém, nos Estados Unidos. “A editora americana temia uma avalanche de processos”, afirmou. Na Alemanha, ele passou dois anos no tribunal após a publicação, em 1985.

Wallraff iniciou sua carreira na imprensa sindical, expondo os para os trabalhadores das fábricas alemãs. Algumas indústrias, após suas denúncias, distribuíram fotos tentando impedir que ele se infiltrasse. Com isso, Wallraff passou a se disfarçar para continuar suas infiltrações.

O cartaz de sua “turnê” pelo Brasil (Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba e São Paulo) mostra um currículo e tanto: sem-teto, operário, prisioneiro político grego, redator yuppie, chofer português, imigrante turco, fugitivo africano. O trabalho é duro: na Grécia (“meu trabalho mais difícil e ao mesmo tempo o mais fácil de entrar”), distribuiu panfletos para provocar sua prisão e passou 77 dias preso e torturado, até o fim da ditadura grega, em 1974. Ganhou uma hérnia de disco pela apuração de “Cabeça de Turco”, em 1985.



Wallraff conta nos dedos os jornalistas que fazem trabalho semelhante: cita um alemão, um chinês e uma francesa. Na Alemanha, segundo ele, a lei permite que sociólogos se disfarcem para fazer pesquisa participante. Ele obteve na Justiça o reconhecimento de seu trabalho como tal. “Há um triste fator que me ajuda a compor os disfarces: nem os operários olham para os subempregados, como se eles não existissem”, diz, mencionando um sociólogo catarinense que lhe disse ter tido a mesma impressão quando trabalhou como lixeiro em uma pesquisa.

Na conversa com sócios da Abraji, no dia 22, lembrou-se o assassinato de Tim Lopes, capturado por traficantes em 2002 depois de se infiltrar com uma câmera oculta num baile funk onde ocorreriam shows de sexo explícito com menores. Wallraff reconheceu o risco em se infiltrar no narcotráfico, mas disse que o Brasil é um campo riquíssimo: “se o perigo das favelas for grande demais, pode-se viver entre seringueiros, garimpeiros, catadores de papel”. O importante, para ele, é expor as entranhas da sociedade.

Wallraff quer fazer uma investigação no Brasil, possivelmente em 2005. Quer conhecer a Amazônia, o garimpo, os canaviais. Quan-

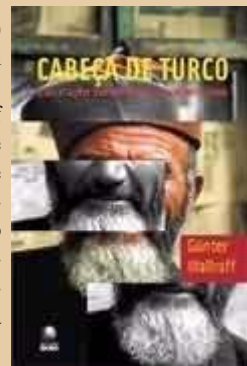
do voltar, vai procurar a Abraji e seus sócios para obter dicas e informações. Disse admirar o fato de haver no Brasil um grupo que estimule o jornalismo investigativo. Na Alemanha, segundo ele, a prática é marginalizada. “Muitos jornais estão em perigo, por falta de dinheiro”, disse. Com isso, a imprensa fica dependente de políticos e de “empresas que contratam porta-vozes para passarem uma imagem conveniente delas”.

Para repórteres que queiram seguir seus passos, lembrou as dificuldades judiciais para esse tipo de reportagem quando se trabalha numa grande empresa. “Quando você é um jovem freelancer, porém, não há essas limitações”, disse. Ele sugere que os interessados busquem financiamento em fundações estrangeiras (a Suécia tem tradição desde os anos 60) e se reúnam em associações como a Abraji, para se fortalecerem.

## PARA LER

Dois livros de Wallraff foram publicados no Brasil, ambos pela Editora Globo.

“Cabeça de Turco” (1985) tem o subtítulo “uma viagem aos porões da sociedade alemã”. No início dos anos 80, Wallraff disfarçou-se como o imigrante turco Ali Sinirlioglu, que se oferece para trabalhar em condições aviltantes. Vira chapista do Mc Donald’s, peão da construção civil, metalúrgico e vedador de tubos radiativos numa usina nuclear à la Simpsons. Em seu percurso, revela como os imigrantes que vivem na Alemanha se submetem ao subemprego e ao preconceito para sobreviver.



“Fábrica de Mentiras” (1977) conta a história de Hans Esser, um “yuppie” ambicioso que trabalha por quatro meses no Bild, o jornal mais vendido da Alemanha. Esser é, na verdade, Wallraff. O livro mostra como o tablóide distorce notícias e expõe os desfavorecidos, e lhe rendeu a mais longa bateria de processos de sua vida: seis anos no tribunal. Diversos trechos não puderam ser publicados na Alemanha, por ordem judicial. A disputa tem ecos até hoje. Recentemente, Wallraff foi acusado por um dos jornais da rede Springer, que publica o Bild, de ter sido espião da Stasi, equivalente à KGB na Alemanha Oriental. Ele nega.



Barbara Crossette

# Jornalismo investigativo e ambiental em debate

*Seminário em Porto Alegre analisa questões investigativas no jornalismo ambiental*



Ilza Girardi e Carlos Tautz



Hélio Schuch e Maurício Tuffani

## ABRAJI

Fundada em 7.dez.2002

Primeira gestão (dez.2003/dez.2005)

**Presidente**

Marcelo Beraba

**Vice-presidente**

Chico Otavio

**Diretor Executivo**

Fernando Rodrigues

**Defesa Profissional**

Fernando Molica

**Ensino**

Claudio Tognoli

**Reportagem com Auxílio do Computador**

José Roberto de Toledo

**Comitês Regionais**

Liege Albuquerque

A necessidade de uma pauta mais investigativa na cobertura de meio ambiente foi o tema do seminário promovido pela Abraji na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no dia 20 de novembro.

Os jornalistas Maurício Tuffani e Carlos Tautz, ambos com longa experiência na cobertura do meio ambiente, apontaram algumas das principais falhas do jornalismo ambiental produzido no Brasil: depende demais das fontes (sejam ONGs ambientalistas, sejam do governo), aceita informações de forma quase acrítica, deixa de "puxar os rabinhos", na expressão de Tautz, de questões complexas econômica, científica e politicamente, como a da liberação do plantio e consumo da soja geneticamente modificada.

A jornalista norte-americana Barbara Crossette, que está no Brasil para uma série de encontros em redações e faculdades de todo o país, abriu o evento lembrando a complexidade de tudo o que envolve a cobertura ambiental. Segundo ela, esse tipo de pauta envolve questões econômicas e até de preconceito social. "Que áreas recebem lixões e que áreas não recebem?", exemplificou.

À tarde, Tautz iniciou um debate com o presidente da Abraji, Marcelo Beraba, e Juarez Tosi, do Núcleo de Ecojornalistas do RS, sobre como cobrir um tema que cada vez é mais complexo. Tosi ressaltou o papel do jornalismo como complementar contemporâneo da educação. Beraba apontou que os leitores têm se tornado cada vez mais críticos. "Há uma cobrança de leitores e instituições em relação ao cumprimento dos chamados fundamentos do jornalismo: observação, entrevista, pesquisa, documentação e verificação", disse.

O painel final foi "A Independência no fogo cruzado das fontes". Hélio Schuch, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, usou a teoria dos jogos para analisar o relacionamento entre repórteres e fontes. Tuffani fez um levantamento da história da relação entre o jornalismo ambiental e as fontes, no que chamou de "ressaca da Eco-92", quando as ONGs ambientalistas passaram cada vez mais a depender de projetos para existir.



Juarez Tosi

## Participe da campanha de novos sócios

Em 2005, o principal objetivo da Abraji é ampliar sua base de sócios e estar cada vez mais presente em todos os Estados brasileiros. Para isso, a ajuda de nossos sócios e colaboradores é imprescindível.

Você pode ajudar na campanha por novos sócios de várias maneiras:

- 1) Voluntariando-se a distribuir material da Abraji pelas redações, faculdades, sindicatos e outros pontos de encontro de jornalistas por onde circula;
- 2) Convidando seus colegas e amigos jornalistas a se tornarem sócios da Abraji;
- 3) Encorajando a Redação onde trabalha

ou a faculdade onde estuda a promover um evento ou curso com a Abraji;

4) Indicando à gerência o e-mail de alguns jornalistas que, em sua opinião, poderiam se interessar por serem sócios da Abraji;

5) Trazendo idéias para a nossa campanha por novos sócios;

6) Em São Paulo, voluntariando-se para ciceronear a Abraji em uma visita à sua Redação ou faculdade, apresentando seus colegas.

Qualquer que seja o caso, entre em contato com o gerente executivo da Abraji, Marcelo Soares, pelo e-mail [abraji@abraji.org.br](mailto:abraji@abraji.org.br) ou pelo telefone (11) 3214-3766, ramal 205.

Resolva suas dividas sobre técnicas jornalísticas.

**ABRAJI** Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

[www.abraji.org.br](http://www.abraji.org.br)